#### REQ 00014/2023



# SENADO FEDERAL Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

### REQUERIMENTO N° DE - CRE

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie os impactos e os benefícios da acessão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, no exercício de 2023.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Os governos precedentes fizeram várias gestões para o acesso formal do Brasil no Conselho da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne as principais economias do globo. A aproximação com a OCDE iniciou em 1991, por iniciativa da primeira missão do Itamaraty à Organização, e foi aperfeiçoada mediante a adesão a vários comitês nas décadas subsequentes. A intenção de ingressar na Organização como membro pleno, conhecida também como "Clube dos Ricos", foi formalizada em 2017 e encampada, a partir de 2018, como prioridade da política externa brasileira. Contudo, o atual Governo parece não priorizar esse caminho.



## SENADO FEDERAL Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

Aderir à OCDE pode contribuir para promover a competitividade e o dinamismo da economia brasileira e atrair investimentos, com geração de emprego, renda e oportunidades empresariais, bem como aprofundar a integração internacional do Brasil. Permite, ainda, o aprimoramento contínuo dos processos de formulação de políticas públicas e das estatísticas econômicas e sociais do País. A partir do início do processo de acessão, a interlocução do Brasil com o Secretariado e com os países membros da OCDE passou para nova e mais intensa fase técnica e diplomática, com múltiplas negociações, com vistas à conclusão do processo no mais curto espaço de tempo possível. A acessão à OCDE implica esforço coordenado e articulado dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do setor privado e da sociedade civil. Nesse sentido, cabe ao Senado Federal qualificar sua participação nesse processo e refletir sobre seu papel, bem como debater as vantagens, desafios, riscos e perspectivas dessa acessão e/ou da desistência da política externa brasileira apoiar essa iniciativa. Nesse sentido, sugerimos que esta Comissão analise a política externa de aderir ou não à OCDE e suas consequências.

Sala da Comissão, de março de 2023.

Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA UNIÃO/TO